


FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA 	Conselho Superior Administrativo CONSAD
Processo: 23118.001796/2007-8 ¹ Parecer: 148/CPPMA Câmara de Política de Pessoal e Modernização Administrativa	Da Presidência dos Conselhos Superiores   24/03/08
Assunto: Aprovação de Normas para Afastamento de Servidores Técnico Administrativo para capacitação.	
Interessado: PRAGEP	
Relatora: Cons ^o José Otávio Valiente	

Parecer da Câmara:

Na 23ª sessão de 20 de março de 2008, a câmara acompanhou o Parecer do relator que é: *"favorável à aprovação das referidas normas"*


Consª Mônica Regina Peres
Presidente

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA 	Processo: 23118.001796/2007-81
Assunto: Aprovação de Normas para Afastamento de Servidor Técnico Administrativo para Capacitação	
Interessado: Jaqueline Streit	
Relator (a): Consº José Otavio Valiente	

I – Relatório:

O presente processo trata de solicitação de aprovação de Normas e Afastamento com fins de Capacitação de Servidor Técnico Administrativo da Universidade Federal de Rondônia.

II – Análise:

Consta do presente processo Memorando nº 218/2007/DRH/UNIR datado de 07 de agosto de 2007, destinado à Pró-Reitoria de Administração e Gestão de Pessoas (PRAGEP) enviado por Jaqueline Streit, diretora de Recursos Humanos da Unir, solicitando abertura de processo para aprovação das referidas normas. Consta ainda Minuta das normas para afastamento de servidor técnico-administrativo para capacitação.

Analisada a minuta verificamos estar bem estruturada contemplando todos os detalhes pertinentes. O cap. 1 conceitua o afastamento para capacitação. O cap. 2 define as modalidades de capacitação, no cap. 3 discorre sobre a duração do afastamento de acordo com a modalidade. Cap. 4 fala da concessão do afastamento para capacitação. Cap. 5 trata da autorização para afastamento, o cap. 6 sobre os recursos e o cap. 7 sobre o acompanhamento com relatórios fornecidos pelo servidor afastado para capacitação. O cap. 8 fala da suspensão e cancelamento do afastamento. No cap. 9 versa sobre os recursos orçamentários e o cap. 10 sobre a remuneração durante o afastamento. No cap. 11 temos sobre o horário especial para servidor estudante e o cap. 12 disposições gerais e transitórias.

III - Parecer:

Diante do acima exposto, das considerações gerais e da análise efetuada, e considerando que o Regimento Geral da Unir no art. 198 diz que a UNIR deve, em programas próprios ou articulados com outras instituições, programar cursos, estágios, conferências e outros eventos, com o objetivo de aperfeiçoamento e atualização de seus servidores, sou de parecer favorável à aprovação das referidas normas.

É o parecer.

Guajará-Mirim, 25 de setembro de 2007.


Consº José Otavio Valiente
Relator